# Da Salinha ao Senador Alencar

Deputado Osmar Diógenes

Em abril do ano da graça de 1977 a Assembleia Legislativa instala-se, de armas e bagagens, em moderno edifício no planalto da Aldeota, longe do burburinho do centro da cidade; a Assembléia Legislativa já sesquicentenária chega à sua nova morada por estradas nem sempre de rosas, porém como a mais legítima representação do povo no poder.

E antes de Assembléia Estadual, já foi provincial, nascida por transformação dos Conselhos Gerais, tudo por golpe e sorte da Lei de 12 de agosto de 1834, que passou à história como Ato Adicional à Constituição do Império.

Nasceu assim com a Independência, conviveu com o Império, para se fazer republicana com o advento de 1889. Como ninguém, gozou da intimidade de austeros homens de nossa política, viveu com intensidade o fluxo e o refluxo de partidos no poder. Na Província, ora conservadores, ora liberais, compuseram a sua Mesa Diretora. Viu no nascedouro os primeiros ensaios ainda no Império, da presença republicana, e cedeu seu coração a Plenário para que nele também pulsasse a nova Ordem e Progresso implantada por Deodoro.

Viveu com intensidade todos os ciclos da política nacional e os seus reflexos em terras cearenses. Após a transição de Império para República, assiste a 7 de abril de 1890 a instalação da primeira representação republicana, para em 1930 a ver dissolvida.

É testemunha, pelo menos, de quatro dissenções legislativas, todas se notabilizando pela dualidade de funcionamento. Três, durante o período Brasil Império, em 1840, 1848 e 1888. A última em plena era republicana, a de 1915. Que marcou a instalação da Assembléia em Juazeiro do Norte, contra os deputados que continuavam fiéis ao governo Franco Rabelo.

Novamente em 1935 a situação política do Estado levou os deputados, à frente Menezes Pimentel, então candidato indireto a Governador, a

recolherem-se ao Quartel do 23º Batalhão de Caçadores, só regressando no dia 24 de maio, garantidos por força federal.

Anteriormente, ao prédio Senador Alencar, a Assembléia Provincial funcionou "em uma casa térrea, na Praça da Sé, primeira à direita da atual Travessa Baturité" como nos ensina Hugo Vitor Guimarães.

Essa sede recebia um tratamento carinhoso dos deputados, era "A SALINHA", e ali se ouviram os primeiros confrontos entre as facções que representavam o pensamento político da província, foi ali que se travá-ramos célebres debates envolvendo o golpe de mestre dos Liberais, que intentavam a maioridade de Pedro II, como única forma de sobrepujarem os Conservadores. A astúcia de um cearense, José Martiniano de Alencar, fez com que os Liberais gozassem por algum tempo das graças da Coroa.

A SALINHA foi ainda testemunhada de fato inusitado, que marcou som sangue a história política do Ceará. Era Vice-Presidente da Província do Major João Facundo de Castro Menezes, no dizer de Barão de Studart "a influência mais legítima e real que teve a província do Ceará".

À época, era Presidente do Poder Legislativo o médico José Lourenço de Castro e Silva, estando assim a Assembléia sob o signo liberal. Segundo Gustavo Barroso, "in memória". À Margem da História do Ceará, deveria ser votada na Casa do povo uma proposição que não interessava aos liberais, mas que tudo indicava a votação não lhe seria favorável.

Apor insinuação do Major Facundo, segundo os adversários, o Presidente José Lourenço deitou arsênio, ou para outros, tártaro emético, nas jarras que se tirava água para os deputados. Sem de nada desconfia-rem, os deputados adversários, naquele quente meio-dia, beberam com abundância o precioso líquido. O resultado foi um envenenamento co-letivo dos deputados conservadores, acompanhado de profundas cólicas abdominais e distúrbios orgânicos que quase levou alguns à morte. Isso garantiu a maioria liberal.

Entre as vítimas mais afetadas estava o paraibano capitão de orde-nanças no Rio-do-Peixe, que há tempo se mudara para Icó, jurara antes da partida que o crime era de responsabilidade do Major Facundo, que insinuara o Presidente José Lourenço para tal empreitada.

A 8 de dezembro de 1841, o Cel. Agostinho José Tomás de Aqui-no contando com o apoio da primeira dama da Província a Baronesa de Vitória, e utilizando o alferes de nome Jacarandá, ajudante-de-ordens do

Palácio, executa o seu intento de vingança, pelas mãos assassinas de dois matadores profissionais, Antônio Abraão e Chagas.

Esse fato marcou profundamente o Poder Legislativo durante o seu funcionamento na Praça da Sé. Em 1871, a Assembléia Provincial, se instala em majestoso prédio, que tomaria o nome do grande chefe liberal e governador da Província, Senador Alencar. Os detalhes da obra arquitetônica estão descritos em artigo de Antônio Bezerra, na Revista do Instituto do Ceará, ano de 1895.

Poderíamos, agora, com a devida vênia do leitor, fazer um pouco de história, repassando algumas informações sobre a vida e funcionamento da nossa Casa Legislativa de 12 de Agosto de 1834, transformou os antigos Conselhos Gerais em Assembléias Provinciais, e para o Ceará estatuiu em vinte e oito o número de deputados a se representarem no Poder. O art. 7º. do primeiro Regimento Interno da Assembléia Provincial trata do período de sessões: "Todos os annos haverá sessão, que durará dous mezes, podendo ser prorrogada quando o julgar conveniente o presidente da Província".

No Art. 8º. encontramos a transposição para a Província de um costume da Corte. A FALA DO TRONO, sendo que na Província ouvir-se-ia A FALA DO PRESIDENTE.

A primeira eleição à Assembléia Provincial realizou-se aos oito dias de dezembro de 1834 após "missa solene na Igreja do Rosário". Concorreram 138 candidatos à disputa de 28 vagas. Para instalação da primeira Assembléia Provincial à falta de regimento próprio regeu os trabalhos o documento idêntico dos Conselhos Provinciais, Carta de Lei de 27 de agosto de 1928.

Ao tempo do Brasil Império o deputado não fazia jus a subsídio fixo, e sim a apenas um valor simbólico, conforme ata da sessão de 28 de abril de 1835, onde se lê: "O Presidente da Província fixou a quantia de 3$200 réis d'ajuda de custo para cada hum dia de viagem aqueles que morarem fora da capital, calculando-se seis léguas para cada hum dia de jornada".

Somente em 1892 a diária passaria a 15$000 – quinze mil réis – além de uma ajuda de 10$000 mensal. Os constituintes de 1935, além de uma ajuda fixa prefixiada em Cr$3.000,00 recebiam uma diária de Cr$50,00. Novo reajustamento de subsídios seria realizado para os constituintes de 1947: fixo de Cr$ 5.000,00 e mais Cr$ 150,00 por sessão.

Agora, após cento e seis anos de funcionamento no Edifício Senador Alencar, a Assembléia muda-se para um novo prédio construído no planalto da Aldeota, dotado de todos os requisitos modernos ao pleno funcionamento do Poder. Para abrilhantar ainda mais o evento, o Sr. Presidente da República, general Ernesto Geisel, cortará a fita simbólica, dando por inauguradas as novas instalações.

No ano de 1871, cena idêntica acontecia com os legisladores eleitos para o período 1870 a 1871. Era presidente do poder, à época, o ilustre varão de Jucás, o Barão de Aquiraz, Sr. Gonçalo Batista Vieira. Num preito de homenagem, recordemos alguns dados sobre a sua vida: nasceu em S. Mateus, hoje Jucás, formando-se em Direito, no Recife, aos 22 anos, logo se filiando ao Partido Conservador. Com a morte de seu primo, Senador Fernandes Vieira, tornou-se o chefe do Partido no Ceará. Vice-Presidente da Câmara. A lei do Ventre Livre, em 1871 cinde o Partido em Miúdos e Graúdos, conhecidos os primeiros como "grupo resistente" sob a chefia de Gonçalo Vieira. No mesmo ano é agraciado com o título nobiliárquico de Barão de Aquiraz e em 1880 sufragado para uma cadeira no Senado Vitalício. Com o advento da República retira-se da vida pública, passando a chefia do grupo ao dr. Ildefonso Correia Lima, recolhendo-se à vida privada, falecendo a 10 de março de 1892, no seu palacete à Praça do Ferreira, atualmente escritório da Empresa Luiz Severiano Ribeiro.

Cento e seis anos depois, o Poder novamente se transfere para uma nova sede. Os tempos mudaram, é bem verdade, mas na sua presidência, como ontem, encontra-se um deputado que representa condignamente o mais legítimo poder nas democracias. Paulo Feijó de Sá e Benevides descende de ilustre família de Mombaça, e não é o primeiro de sua grei a se fazer presente na vida pública do Estado. Possui mesmo uma tradição centenária de várias gerações , tanto na política provincial como republicana.

O vestuto Edifício Senador Alencar, tão caro em tradições para os que viveram os momentos mais marcantes da política cearense, cederá suas dependências a uma nova instituição, a Academia Cearense de Letras. De 1871 aos dias de hoje, conviveu intimamente com os mais legítimos ideais cearenses, incarnados nos representantes do povo. O seu plenário, as suas bancadas, a sua tribuna guardam as passagens mais edificantes de exemplos de homens voltados para o bem público, e possuídos de inegáveis dotes de inteligência, que fizeram vibras as galerias, em arroubos oratórios, todos repletos de patriotismo e amor à terra-mãe.

É a marcha inexorável do tempo, eterno e fatal. Ontem, os brilhos de uma pomposa inauguração e a euforia dos legisladores de 1871. Hoje, a despedida dos legisladores de 1977. Mas em tudo uma certeza. Não se escreverá a história do Ceará, sem antes se debruçar o escrito sobre cento e seis anos de atividades do casarão Senador Alencar, repositório e palco de tudo quando se fez em política mais de cento e seis anos nesta terra.

Uma longa caminhada percorrida desde a Salinha, em 1834, a esta despedida em 1977. Muitos ainda serão os caminhos que nos levarão ao futuro. O importante é que em meio a calmarias e procelas, os homens passam, mas o Poder Legislativo permanece.

Artigo publicado no Diário do Legislativo (Edição Especial) de 12 de maio de 1977.